

SINTIUS



1942 - 2017

# SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

07 e 08 /12/2017

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

## IDEIA É VOTAR REFORMA DAQUI A DUAS SEMANAS, DIZ MAIA

Sem votos para aprovar a reforma da Previdência na próxima semana, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que a meta agora é tentar votar o tema na semana do dia 18 de dezembro, a última antes do recesso parlamentar de fim de ano. Ele se reuniu com o presidente Michel Temer e parlamentares ontem para discutir votos e datas. Questionado pela Folha de S. Paulo se a perspectiva era incluir a votação na pauta da última semana de Congresso, Maia respondeu: "Trabalhando pra isso, na semana do dia 18". A ideia do governo é votar o primeiro turno até a quarta-feira (20) e o segundo turno logo em seguida, ainda neste ano. O texto, depois, precisa ser aprovado pelo Senado. Anteriormente, o governo cogitou votar a proposta nesta semana –depois passou a falar na semana que vem. No Planalto, há quem defenda que, se não for possível votar os dois turnos neste ano, que se deixe para o ano que vem, evitando a possibilidade de uma desmobilização da base aliada entre uma votação e outra. Mais cedo, auxiliares de Temer já reconheciam nos bastidores que a votação da reforma previdenciária não deveria mais ficar para a próxima semana, como era esperado pelo Planalto. A contagem mais recente apresentada ao presidente é de 270 votos a favor da reforma da Previdência.

### Cofres

Apesar do cenário pessimista, o presidente intensificará a abertura dos cofres públicos, liberando emendas parlamentares e aumentando a destinação de recursos para governos estaduais. Na quarta-feira (6), o Palácio do Planalto garantiu que agilizará o repasse de R\$ 1,9 bilhões aos Estados, por meio do FEX, um fundo de auxílio às exportações. Em reunião com os governadores do Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul, o ministro Eliseu Padilha (Casa Civil) afirmou que o governo já tem o dinheiro em caixa e só precisa da autorização do Senado para repassá-lo.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 08/12/2017

## Por reforma da Previdência, governo avalia perdoar traidores

Em troca de apoio para a reforma da Previdência, o presidente Michel Temer estuda devolver cargos aos deputados que foram punidos por votar contra o governo nos últimos meses. O Palácio do Planalto e líderes da base governista vão mapear parlamentares que tiveram aliados demitidos da máquina federal depois que votaram contra a reforma trabalhista ou a favor do prosseguimento das denúncias apresentadas contra o presidente, após a delação de executivos da JBS. O governo quer renegociar os postos e oferecer esses espaços de volta aos deputados que se comprometerem a votar a favor das mudanças na Previdência ainda neste ano. O Planalto passou a estudar essa estratégia depois que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse a Temer que as retaliações prejudicaram o ambiente de negociações. Maia sugeriu que o governo reavalie a distribuição desses cargos para captar os votos necessários. Temer está disposto a reforçar essas negociações e acredita que, assim, pode convencer até 30 deputados que hoje se dizem indecisos ou contrários à proposta.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 08/12/2017

# REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 07/12/2017

BENETT



## Supremo mantém decisão que corrige débito trabalhista pelo IPCA-E

Por maioria, a Segunda Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) julgou improcedente na terça-feira (5) uma reclamação da Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) que era contra uma decisão do TST (Tribunal Superior do Trabalho) de determinar a adoção do IPCA-E para a atualização de débitos trabalhistas no lugar da TR. O IPCA-E (Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial), calculado pelo IBGE, costuma ser maior que a TR (Taxa Referencial) e, portanto, mais favorável ao trabalhador. Até setembro, a TR acumulava 0,59%, e o IPCA-E, 2,56%. Na prática, a decisão foi vista como um aval para o TST continuar corrigindo dívidas trabalhistas pelo IPCA-E – embora o Supremo não tenha decidido sobre o mérito dessa questão –, o que deve influenciar juízes do Trabalho a aplicar esse índice. Para especialistas, a decisão da Segunda Turma também desconsiderou a recente reforma trabalhista, que estabeleceu a TR como índice de atualização de débitos trabalhistas, conforme noticiou o jornal "Valor Econômico".

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 08/12/2017

## Trabalho escravo: empresa pode perder CNPJ

DE BRASÍLIA

A Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 7.946/17, do deputado Roberto de Lucena (PV-SP), que cancela a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) de empresa culpada, administrativa ou judicialmente, por uso de trabalho escravo ou análogo ao escravo. "Empresas que são fachadas para a prática de crimes nenhuma falta fazem ao mercado de trabalho e ao desenvolvimento econômico e social do País", disse o relator na comissão, deputado Assis Melo (PCdoB-RS).

Empresas que adquirirem, com conhecimento do fato, produtos oriundos da exploração de trabalho escravo também terão a mesma pena, segundo a proposta. "Entendemos como



Comissão aprova punição a empresas que exploram trabalho escravo

fundamental a extensão da pena aos que, por ação ou omissão, atuam como verdadeiros receptores de produtos e ser-

viços de origem criminosa", afirmou Assis Melo.

Além disso, os dirigentes dessas empresas ficam impedidos

de atuar no mesmo ramo de atividade por dez anos. Para Assis Melo, o prazo é "suficiente e razoável".

O texto inclui a punição na Lei 4.503/64, que instituiu o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Assis Melo apresentou uma complementação de voto para deixar clara no texto a aplicação da sanção e da pena somente após o trânsito em julgado em última instância.

Atualmente, há três formas principais de punição a quem usa trabalho escravo no Brasil: multas administrativas aplicadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego; ações civis e propostas pelo Ministério Público do Trabalho junto ao Judiciário; e - ações criminais. (Agência Câmara)

Fonte: Jornal A Tribuna – 07/12/2017

Sinopse Sintius 07 e 08/12/2017